

Avaliação Ambiental Estratégica Da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Resumo Não Técnico



santa maria da feira câmara municipal

Data: 14 de outubro de 2014

I.- Introdução

Este documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental produzido no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santa Maria da Feira (PDMSMF).

O processo de avaliação ambiental da revisão do PDMSMF encontra-se previsto na legislação em vigor, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RGIT), com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro; e pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio. Pelo exposto, o PDMSMF revisto é acompanhado de um Relatório Ambiental, do qual o presente documento constitui um resumo – RNT – que seja facilmente entendido por todos os leitores interessados no mesmo, nos termos da Lei.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF), ao promover a revisão do PDM, submeteu no ano de 2008 a várias entidades com responsabilidade em matéria de ambiente um Relatório de Fatores Críticos (RFC), onde referia a metodologia e o âmbito da avaliação ambiental que iria efetuar na revisão do PDM. O RFC foi posteriormente revisto tendo em consideração os pareceres emitidos pelas diversas entidades consultadas, tendo a CMSMF dado início ao processo de avaliação ambiental da revisão do PDM.

O Relatório Ambiental destacou determinados FCD (devidamente identificados no RFC anteriormente apresentado) que constituíram temas de relevante importância no processo de planeamento do território subjacente à revisão do PDMSMF. Tendo por base os objetivos ambientais considerados importantes, os critérios de avaliação e os indicadores estratégicos respetivos foi possível estudar de que modo a revisão do PDMSMF iria interferir com o meio ambiente.

O RNT apresenta e destaca os resultados mais relevantes do Relatório Ambiental da revisão do PDMSMF.

2.- Descrição Sucinta do Plano Diretor Municipal Revisto

O PDMSMF assume-se como um instrumento de gestão territorial que visa implementar ações que tenham por objetivo o desenvolvimento social e económico numa perspetiva ambientalmente sustentável. A revisão do PDM constitui assim uma oportunidade de melhoria e encontro de novas fórmulas/modelos de atuação no contexto da classificação e uso do território que atualmente se impõe. A revisão do PDMSMF inscreve-se assim no entendimento de um planeamento como processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de planeamento urbanístico à realidade do município em transformação. O planeamento efetuado e experiência obtida na aplicabilidade do PDMSMF durante os últimos anos conduziram à revisão do mesmo.

2.1.- Enquadramento do Território

A área de intervenção subjacente à revisão do PDMSMF (Figura 1) ocupa toda a área do concelho de Santa Maria da Feira, numa área de 216.7 km² e corresponde a 21 freguesias: Argoncilhe; Arrifana; União de Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; Escapães; Fiães; Fornos; Lourosa; União de Freguesias de Caldas de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; Milheirós de Poiares; Mozelos; Nogueira da Regedoura; Paços de Brandão; Rio Meão; Romariz; Sanguedo; União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; Santa Maria de Lamas; São João de Ver; São Paio de Oleiros; União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô.



Figura 1: Mapa Administrativo de Santa Maria da Feira

O concelho de Santa Maria da Feira constitui um dos 19 municípios do distrito de Aveiro e tem uma população de cerca de 139.312 habitantes (CENSOS; 2011). Localiza-se na NUT II – Região Norte de Portugal, NUT III – Entre Douro e Vouga, e com uma densidade populacional de 645 habitantes/km² em 2011. A região do Entre Douro e Vouga ocupa uma área de 859 km² e, em 2011, possuía 274 859 hab. A região do Entre Douro e Vouga confina a Norte com o Grande Porto e o Tâmega, a Este com Dão-Lafões e a Sul e a Oeste com o Baixo Vouga.

2.2.- Objetivos Gerais e Questões Estratégicas

A revisão do PDMSMF consubstanciou-se na definição de uma estratégia global de planeamento que fomente o desenvolvimento sustentável do território tendo por base a situação existente, o contexto social, económico e ambiental vigente. Nesse sentido foram definidos objetivos gerais e questões estratégicas.

Os objetivos gerais correspondem aos seguintes:

- Integração das estratégias concelhias na realidade da região e do país;
- Construção de um instrumento ativo potenciador de desenvolvimento sustentável;
- Adequação do planeamento ao ritmo dinâmico de transformação da realidade local;
- Adequação das propostas à especificidade local, potenciando as mais-valias e reduzindo as assimetrias no acesso ao desenvolvimento;
- Criação de um documento com base cartográfica e digital em constante atualização;
- Levar a efeito uma revisão do PDM e não a formulação de um novo Plano, uma vez que se entende que embora apresentando alguns desajustamentos, ainda não se esgotou o modelo nem a estrutura que lhe está subjacente; e,
- Delinear em traços gerais os conceitos, as estratégias urbanísticas e o modelo urbano que a autarquia promoverá na sua componente de ordenamento territorial.

As questões estratégicas consideradas e que constituíram o enquadramento base das propostas de planeamento da revisão foram as seguintes:

- Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Santa Maria da Feira;
- Proteção e Qualidade Ambiental;
- Reforço das Redes de Infraestruturas e da Mobilidade;
- Valorização e Proteção dos Sistemas Ecológicos;
- Promoção dos Valores Culturais e Naturais;
- Reforço da Qualidade e da Coesão Territorial;
- Reforço do Desenvolvimento Social e Económico;
- Promoção do Desenvolvimento Turístico; e,
- Reforço da identidade e da imagem do Município de Santa Maria da Feira.

2.3.- Proposta de Ordenamento

A revisão do PDMSMF permitiu rever as tipologias de ordenamento aplicáveis ao município e proceder à qualificação do solo urbano e do solo rural. As categorias previstas na revisão são as seguintes:

- Solo Urbano
 - Áreas Centrais
 - Espaço Central I Urbanizado
 - Espaço Central I Urbanizável
 - Espaço Central II Urbanizado
 - Espaço Central II Urbanizável
 - Espaço Central III Urbanizado
 - Espaço Central III Urbanizável
 - Áreas Residenciais
 - Espaço Residencial I Urbanizado
 - Espaço Residencial I Urbanizável
 - Espaço Residencial II Urbanizado

- Espaço Residencial II Urbanizável
- Espaço Residencial III Urbanizado
- Espaço Residencial III Urbanizável
- Área Urbana de Baixa Densidade
 - Espaço Urbano de Baixa Densidade
 - Espaço Urbano de Baixa Densidade Urbanizável
- Espaço Verde – Parque Verde
- Espaços de Atividades Económicas
 - Espaços de Atividades Económicas Urbanizado
 - Espaço de Atividades Económicas Urbanizável
- Área de Equipamento e Infraestruturas
 - Área de Equipamento e Infraestruturas Urbanizado
 - Área de Equipamento e Infraestruturas Urbanizável
 - Espaço de Uso Especial - Turismo
- **Solo Rural**
 - Espaço de Equipamento e Infraestruturas em Solo Rural
 - Espaço Verde de Recreio e Lazer
 - Espaço de Uso Especial
 - Áreas Agrícolas
 - Espaço Agrícola
 - Aglomerados Rurais
 - Áreas Florestais
 - Espaço Florestal de Produção
 - Recursos Geológicos
 - Espaço de Exploração de Recursos Geológicos

Importa ainda referir a existência de áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN). Por fim, destaca-se a existência da Estrutura Ecológica Municipal que, não constituindo uma categoria autónoma, se encontra sobreposta a várias categorias anteriormente referidas.

A revisão do PDMSMF aumenta a área de solo urbano em 17,7% e diminui a área de solo rural em cerca de 12%. O aumento verificado ocorreu devido a várias razões, destacando-se, entre outras: o acerto de limites administrativos decorrentes da Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP; correções cartográficas de áreas desajustadas no PDM anterior; realidade existente, na medida em que algumas áreas têm ocupação urbana e não rural; ajustes cartográficos proporcionados pelas novas ferramentas existentes; acertos relativos a compromissos da Câmara Municipal relativamente a infraestruturas programadas e consideradas como tendo Interesse Público; alterações de contexto em locais onde se verificou o aumento de densidade do edificado, bem como áreas de grande pressão urbanística; aplicação de novos critérios de ordenamento do território; e, por último, previsão de expansão de algumas áreas residenciais.

3.- Breve Descrição Metodológica

A avaliação ambiental estratégica do PDMSMF teve por base a definição de Fatores Críticos que permitiram circunscrever o exercício de avaliação. Os Fatores Críticos foram identificados tendo por base a análise integrada dos elementos seguintes:

- **Quadro de Referência Estratégico:** inclui as grandes orientações das políticas adotadas, tanto ao nível nacional, europeu e internacional. Refere igualmente os objetivos e metas de longo prazo estabelecidos no que refere às questões associadas ao ambiente e à sustentabilidade;
- **Questões Estratégicas:** correspondem aos objetivos estratégicos fundamentais do objeto e a suscetibilidade deste ter consequências/inter-relações em matéria de ambiente; e,
- **Fatores Ambientais:** domínios ambientais pertinentes para a avaliação pelo que a sua seleção resultou do alcance e escala do objeto avaliado.

A Tabela I apresenta um resumo dos diversos instrumentos que fazem parte do Quadro de Referência Estratégico adotado.

Tabela I: Quadro de Referência Estratégico Resumido

Instrumento	Breve descrição e principais objetivos
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	O PNPOP define as grandes orientações para a organização do território e a proteção do ambiente. O PNPOP refere igualmente a necessidade de promover as áreas de maior valia patrimonial e ambiental.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 – ENDS 2015	A ENDS visa nortear o processo de desenvolvimento do País numa perspetiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de ação em vigor ou em preparação.
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE 2008-2015	O PNAEE 2008-2015 pretende constituir um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética, num horizonte temporal que se estende até ao ano de 2015.
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga - PROFAMPEDV	O PROFAMPEDV tem como objetivo geral o ordenamento dos espaços florestais norteados por uma visão de futuro, com espaços florestais sustentáveis e multifuncionais, destacando as funções produtivas em harmonia com outras funções relevantes de proteção e conservação.
Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever – POACL	O POACL visa a salvaguarda de recursos e valores naturais de modo a assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização do território, bem como medidas básicas e limiares de utilização de modo a garantir a renovação e valorização do património natural.
Plano Estratégico Nacional de Turismo - PENT	O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) define as ações para o crescimento sustentado do Turismo Nacional, nomeadamente no que refere à intervenção em zonas turísticas de interesse (urbanismo, ambiente e paisagem), ao desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores.
Lei da Água – LA (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 11-A/2006 de 23 de Fevereiro) e Diretiva Quadro da Água – DQA (Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro)	A LA e a DQA têm como principais objetivos a proteção dos recursos hídricos, destacando-se, de entre outros, os objetivos seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ■ Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água; ■ Promover uma utilização sustentável da água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos.

Instrumento	Breve descrição e principais objetivos
Plano Nacional da Água – PNA	<p>O PNA tem como principais objetivos, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Identificar situações potenciais de risco (poluição, cheia, entre outras) e estabeleçam medidas de prevenção e de intervenção em situações de emergência; ■ Contribuir para uma maior eficácia e transparência no processo de licenciamento; ■ Promover a monitorização da água nas suas múltiplas vertentes, designadamente as hidrológicas e ecológicas.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ENCNB (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 de 11 de Outubro)	<p>A ENCNB identifica três objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; ■ Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; ■ Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza.
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – PNUEA (Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho)	<p>O PNUEA tem como objetivo servir de orientação aos agentes públicos de planeamento, gestão e licenciamento, propondo-se a atingir, no que à eficiência da utilização da água diz respeito, as seguintes metas (após um período de 10 anos):</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Consumo urbano: 80 %; e, ■ Consumo agrícola: 65 %.
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PNDFCI (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio)	<p>O PNDFCI assenta em 5 eixos de atuação, correspondentes a grupos de atividades relacionadas de forma a atingir objetivos gerais e específicos. Os 5 eixos correspondem aos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; ■ Redução da incidência dos incêndios; ■ Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; ■ Recuperar e reabilitar os ecossistemas; ■ Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.
Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – PDTVD	<p>Há a destacar como objetivos estratégicos o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Qualificar as Redes e os Sistemas de Serviços Públicos de suporte à atividade turística no Vale do Douro; ■ Promover a iniciativa empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro; ■ Qualificar, formar e promover a empregabilidade de Recursos Humanos do sector do Turismo no Vale do Douro; e, ■ Afirmar, consolidar e melhorar a imagem turística do Douro e promover ações de animação turística.

A definição dos Fatores Críticos permitiu contextualizar e estruturar a avaliação da sustentabilidade das várias opções tomadas ao longo do processo de revisão do PDMSMF. Nesse seguimento, foram definidos critérios, objetivos e indicadores. Os critérios dizem respeito às questões pertinentes relativamente a cada um dos Fatores Críticos e permitem focar o objeto/componente de avaliação. Por outro lado, os objetivos constituem objetivos de sustentabilidade e resultam do entendimento do Quadro de Referência Estratégico adotado. No que concerne aos indicadores estes têm como função facilitar a avaliação dos efeitos incutidos pela revisão do PDMSMF.

A Tabela 2 apresenta os Fatores Críticos e respetivos critérios, objetivos e indicadores.

Tabela 2: Fatores Críticos, Critérios, Objetivos e Indicadores

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Indicador Estratégico
Desenvolvimento Social e Humano	Aspetos Demográficos	Fixar a população residente	N.º de população residente; Novas áreas de construção residencial; Estrutura da população;
		Fixar novos habitantes	
	Aspetos Sociais	Recuperar/projetar infraestruturas	Índice de atendimento da rede de saneamento de águas residuais; Índice de atendimento da rede de abastecimento de água; Escolaridade média da população; Número de espaços verdes; Número de percursos pedonais; Número de equipamentos; Instituições de ensino e formação profissional; Índice de satisfação dos municípios;
		Aumentar as qualificações médias da população	
		Aumento de espaços verdes e de lazer	

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Indicador Estratégico
		Aumentar o bem-estar	Instituições de saúde e de apoio à 3.ª idade;
		Gerar emprego e oportunidades	
Desenvolvimento Económico	Aspetos Económicos	Aumentar as atividades económicas do município	Número de localizações empresariais previstas; Acessibilidades e mobilidade nas áreas de localização empresarial; Número de sociedades comerciais registadas; Instituições de ensino e de formação profissional; Caracterização do tecido empresarial. N.º de turistas/ano;
		Gerar emprego	
		Aumentar o potencial turístico	
		Criar áreas de localização empresarial	
Coesão Territorial	Ordenamento do Território	Diminuição da dispersão dos aglomerados	Coeficientes e/ou normas urbanísticas; Área afeta a novas construções; Área desafetada (destinada anteriormente a edificação); Número de localizações empresariais previstas; Área dedicada a espaços verdes; Área dedicada a equipamentos; Estrutura ecológica municipal; Área de REN; Área de RAN; Regulamentos de Construção; n.º e tipologia de unidades industriais realocizadas para zonas industriais/empresariais;
		Coerência no uso do solo	
		Localizar o tecido empresarial	
Qualidade Ambiental	Água	Proteger a qualidade da água	Taxa de cobertura das ETAR; quantidade de resíduos reciclados, por tipologia; energia consumida no município; n.º de queixas por ruído; Índice de atendimento da rede de saneamento de águas residuais; Índice de atendimento da rede de abastecimento de água; Área de RAN; Área de REN; Área dedicada a espaços verdes; Estrutura ecológica municipal; Áreas de localização empresarial; Facilidade no uso de transportes públicos;
	Solo	Proteger o solo enquanto recursos escasso e não renovável	
	Atmosfera	Proteger a qualidade do ar	
		Reduzir a emissão de gases com efeito de estufa	
	Biodiversidade	Proteção da floresta, em especial as espécies caducifólias e autóctones	Área de RAN; Área de REN; Estrutura ecológica municipal; Inventários; Área dedicada a espaços verdes;
		Proteção da estrutura da vegetação com funções ecológicas importantes e/ou específicas	
Evitar a fragmentação, proteger e valorizar os habitats considerados prioritários ou importantes no contexto do município e, ainda, combater as plantas invasoras			
Património e Paisagem	Património Histórico e Cultural	Valorizar e proteger o Património Arqueológico e Arquitetónico	Imóveis classificados ou em vias de serem classificados; Imóveis classificados ou em vias de classificar objeto de requalificação; Imóveis considerados típicos e objeto de requalificação; Áreas de RAN; Áreas de REN; Estrutura Ecológica Municipal; N.º de vistas / ano.
	Paisagem	Proteger os elementos paisagísticos naturais	

Como se pode entender a partir do referido anteriormente, a avaliação ambiental estratégica da I.ª revisão do PDMSMF foi estruturada na análise dos diferentes Fatores Críticos considerados, nomeadamente os seguintes:

- Desenvolvimento Social e Humano;
- Desenvolvimento Económico;
- Coesão Territorial;
- Qualidade Ambiental;
- Património e Paisagem.

Dada a dimensão estratégica do exercício e da necessidade do planeamento da ocupação do território prever as futuras solicitações ambientais, económicas e sociais, foram definidas, para cada Fator Crítico, as respetivas tendências e evolução perspectivada. Essa definição foi efetuada através de da análise SWOT (*Strengths* – forças; *Weaknesses* – fraquezas; *Opportunities* – oportunidades; e, *Threats* – ameaças) que constitui uma ferramenta de diagnóstico estratégico que permite analisar os pontos fortes (forças), pontos fracos (fraquezas), as oportunidades e as ameaças. A identificação de efeitos ambientais e respetiva avaliação baseou-se na determinação das potenciais relações entre o planeamento preconizado no PDMSMF (propostas que traduzem as Questões Estratégicas) e os diferentes objetivos e indicadores associados aos Fatores Críticos. As relações descritas constituem interações/efeitos potenciais e que podem ser consideradas como positivas, nulas (ou muito ténues) e negativas. Tanto as interações positivas como as negativas são representadas por cores e possuem magnitude variável: ++ +/-- (bastante); ++/-- (média); e, +/- (pouco). A Tabela 3 mostra a tipologia destas interações.

Tabela 3: Tipologia das interações/efeitos

Natureza da Interação	Negativa			Nula	Positiva		
Magnitude	---	--	-	0	+	++	+++

Há a destacar que a avaliação efetuada foi de âmbito estratégico pelo que não se preocupou com a quantificação dos indicadores mas sim no modo como as propostas de revisão do PDMSMF poderiam contribuir para estes.

4.- Avaliação Ambiental

De acordo com a descrição metodológica referida foi efetuada a avaliação ambiental de efeitos da revisão do PDMSMF sobre cada um dos Fatores Críticos.

4.1.- Desenvolvimento Social e Humano

Tendo por base o modelo estratégico de desenvolvimento apontado para o município perspectiva-se que a revisão do PDMSMF venha a contribuir de forma positiva nos movimentos demográficos, não só através da fixação da população atualmente residente mas também através da fixação de pessoas oriundas de municípios vizinhos. As dinâmicas locais e estrutura etária da população de Santa Maria da Feira é responsável por dinâmicas muito próprias e cujos efeitos se prolongam para lá das fronteiras do município. Estas características conferem a Santa Maria da Feira uma vantagem competitiva que não se vislumbra em muitos outros municípios envolventes da região. Depreende-se que ao valorizar e potenciar as características do território, a revisão do PDMSMF poderá contribuir para o reforço das vantagens competitivas existentes e, conseqüentemente, reforçar a captação de alguma população dos municípios vizinhos.

Por outro lado, o seguimento das estratégias definidas pelo município irá proporcionar um efeito positivo na recuperação e projeção de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito às redes de saneamento de águas residuais, construção de parques industriais, infraestruturas rodoviárias e infraestruturas de abastecimento de água. Outro exemplo associado à recuperação/projeção de novas estruturas e igualmente capaz de interagir de modo positivo com o aumento das qualificações médias da população encontra-se vertido na Carta Educativa, designadamente nas propostas de intervenção por freguesia. As intervenções por freguesia referem-se às obras a efetuar nos diferentes agrupamentos de escolas existentes no município. Destas intervenções há a destacar 20 intervenções de construção, 21 intervenções de ampliação, 9 intervenções de conversão e 3 intervenções cuja natureza implica ampliação e conversão. As intervenções referidas irão permitir mais do que a mera recuperação/construção de infraestruturas uma vez que irá permitir melhorar as condições de ensino e cobertura do parque escolar. As mesmas intervenções poderão ainda ser responsáveis pela criação de empregos diretos e indiretos

No que diz respeito às zonas verdes e de lazer a estratégia de desenvolvimento adotada pelo município pressupõe a promoção deste tipo de espaço de modo a potenciar a componente lúdica ao serviço da população concelhia e intermunicipal. Destaque para o exemplo da combinação entre os espaços verdes e as atividades culturais como é o caso do Europarque. Existe ainda o desígnio de ao longo prazo planear uma rede de zonas verdes mais extensiva, tal como na Quinta do Engenho Novo e o Vale do Cáster. Por outro lado importa ainda destacar que ao nível da Área Metropolitana do Porto (AMP) a rede de parques respetiva inclui algumas localizações no concelho de Santa Maria da Feira. Essas localizações constituem polos do denominado Parque de Montalto, havendo a destacar o Polo do Parque das Ribeiras do Uíma, o Polo de Caldas de São Jorge e o Polo de Castro de Romariz. A prossecução desta estratégia municipal, a par da estratégia da AMP, terá repercussões ao nível do aumento dos espaços verdes e de lazer, aumento do bem-estar e ainda geração de empregos associados ao turismo de natureza e atividades ao ar livre.

Concluindo, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF criam a expectativa de que a sua execução poderá ser responsável por efeitos positivos no que ao Desenvolvimento Social e Humano diz respeito.

A Tabela 4 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Social e Humano.

Tabela 4: Avaliação dos efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Social e Humano

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Efeito
Desenvolvimento Social e Humano	Aspetos Demográficos	Fixar a população residente	+++
		Fixar novos habitantes	+
	Aspetos Sociais	Recuperar/projetar infraestruturas	+++
		Aumentar as qualificações médias da população	++
		Aumento de espaços verdes e de lazer	+++
		Aumentar o bem-estar	++
		Gerar emprego e oportunidades	+

Os efeitos positivos serão mais significativos na prossecução dos objetivos relacionados com a fixação da população residente, recuperação de infraestruturas e aumento dos espaços verdes e de lazer.

4.2.- Desenvolvimento Económico

Numa perspetiva económica e de acordo com as linhas e objetivos estratégicos definidos, estudos de base da revisão do PDMSMF e respetivas propostas, é expectável a existência de interações para com o ambiente económico local e até regional.

O modelo estratégico de desenvolvimento inerente à revisão do PDMSMF prevê o fomento de novas atividades e reforço de outras. Essas atividades incluem a aposta em Outlet's/Diversões, Turismo no Douro, Energias Alternativas, Indústria, Saúde/Bem-estar, Tecnologia/Golfe e Serviços/Hotelaria.

O modelo estratégico de desenvolvimento tomado em consideração na revisão do PDMSMF poderá ser responsável pela fixação de novos negócios âncora nalgumas áreas consideradas até à data como pouco tradicionais em Santa Maria da Feira. A fixação desses novos negócios pode ser responsável pela geração de novas dinâmicas económicas locais aumentando a riqueza produzida. Por conseguinte, a par do aumento de riqueza perspetiva-se a geração de novos e melhores empregos. Concomitantemente, estes negócios âncora e respetivos efeitos sobre o ambiente de negócios podem ser aglutinadores de novos investimentos em atividades direta ou indiretamente relacionadas com as mesmas, gerando emprego indireto

De acordo com o modelo estratégico seguido na revisão do PDMSMF o turismo associado ao rio Douro assume especial destaque devido ao potencial existente por explorar. A exploração do turismo associado ao Douro poderá ser alavancado por intermédio de outras propostas existentes (de implantação no curto/médio prazo) noutros municípios e que pretendem tirar partido das condições excecionais do Vale do Douro. O município de Santa Maria da Feira poderá tirar partido desses cenários de desenvolvimento, não competindo direta e necessariamente com estabelecimentos/atividades localizadas no Alto Douro Vinhateiro e Douro Superior. O aproveitamento do rio Douro enquanto recurso turístico e económico poderá ser feito tirando proveito da proximidade com a cidade do Porto e Gaia e também de Aveiro, fazendo a ligação do turismo náutico ao turismo histórico e cultural.

De entre as propostas patentes na estratégia e revisão do PDMSMF há a destacar a criação de áreas de localização empresarial destinada à indústria das sucatas, nomeadamente ao nível supramunicipal, no contexto da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Além dos severos constrangimentos ambientais provocados por este tipo de indústria (quando a operar indevidamente), há a salientar a falta de licenciamento de muitas das indústrias existentes na região, funcionando em claro desrespeito pelas regras impostas. A manter-se a atual situação, depreende-se que na

impossibilidade de muitas destas indústrias se licenciarem, na maioria por não terem alternativa de localização e/ou estarem a ocupar áreas sujeitas a condicionantes, estas não teriam outra alternativa senão pararem de laborar com o conseqüente aumento da taxa de desemprego no município e diminuição na produção de riqueza. Por outro lado, de acordo com a atual proposta de criação de áreas de localização empresarial, nomeadamente o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM) – Polo de Pigeiros – o problema associado à localização e licenciamento deste tipo de indústria é facilitado uma vez que o PERM foi projetado especificamente para este tipo de indústria. Além disso, a localização deste tipo de unidades num parque específico poderá permitir algumas economias de escala e uma maior complementaridade entre diferentes unidades. Por outro lado, a existência de tantos operadores no mesmo espaço, criando um cluster, poderá atrair ainda mais investimento para o local, nomeadamente do sector dos Serviços, devido ao forte potencial de negócio envolvido. Pelo exposto, espera-se que a existência de unidades de localização empresarial venham a representar um efeito positivo nas atividades económicas, efeito esse que no caso específico da indústria da sucata ganha ainda maior relevância.

Resumindo, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos no que ao Desenvolvimento Económico diz respeito. A Tabela 5 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Económico.

Tabela 5: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre o Desenvolvimento Económico

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Efeito
Desenvolvimento Económico	Aspetos Económicos	Aumentar as atividades económicas do município	+
		Gerar emprego	+
		Aumentar o potencial turístico	+
		Criar áreas de localização empresarial	++
		Gerar oportunidades	+

De entre os principais efeitos positivos há a destacar aqueles associados à criação de áreas de localização empresarial, que no caso específico da indústria das sucatas foi considerado como positivo.

4.3.- Coesão Territorial

O modelo estratégico de desenvolvimento inerente à revisão do PDMSMF, os respetivos documentos e diversas ações tomadas até à data permitiram garantir maior robustez técnica à REN, RAN e áreas associadas ao domínio hídrico. Além disso foi possível determinar uma ocupação do território que mesmo obedecendo aos padrões de décadas de uso permitiu uma maior harmonia relativamente aos interesses económicos e interesses sociais existentes localmente. Foi ainda dada maior coerência ao uso do território e resolvidas algumas incongruências existentes no PDM de primeira geração. O modelo estratégico de desenvolvimento assumido na revisão do PDMSMF será responsável por uma ocupação mais harmoniosa e mais sustentável do território por parte das atividades económicas e população.

Pelo exposto, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos no que ao Desenvolvimento Económico diz respeito. A Tabela 6 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre a Coesão Territorial.

Tabela 6: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre a Coesão Territorial

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Efeito
Coesão Territorial	Ordenamento do Território	Diminuição da dispersão dos aglomerados	+
		Coerência no uso do solo	++
		Localizar o tecido empresarial	++

De entre os principais efeitos positivos há a destacar aqueles associados à criação de áreas de localização empresarial, que no caso específico da indústria das sucatas foi considerado como positivo.

4.4.- Qualidade Ambiental

A avaliação de efeitos sobre a qualidade ambiental é realizada de acordo com as interações expectáveis sobre os aspetos económicos relativamente aos objetivos gerais e estruturantes, propostas e demais documentos de apoio à revisão do PDMSMF. A análise dividiu-se em diferentes temáticas ambientais, nomeadamente: biodiversidade; água; solo; atmosfera; e, ruído. Apresenta-se de seguida para cada tema referido uma descrição dos resultados da avaliação.

As interações entre a biodiversidade e a revisão do PDMSMF podem ser consideradas como sendo de baixa magnitude. De entre as várias linhas de ação a tomar em consideração na revisão do PDMSMF, há a destacar a vontade de fomentar as práticas agrícolas no município. O abandono agrícola de determinados locais tem vindo a possibilitar a regeneração de alguns bosquetes de quercíneas, efeito considerado positivo no âmbito da estrutura da vegetação e habitats. Esta regeneração é efetuada através de processos sucessionais considerados como normais, todavia, uma retoma das explorações agrícolas no concelho iria permitir manter os mosaicos de habitats, considerados importantes na diversidade biológicas das espécies, antevendo-se assim um efeito positivo sobre a biodiversidade.

Do ponto de vista da biodiversidade e dos espaços naturais, a estratégia e orientações da AMP prevê para o município de Santa Maria da Feira locais que farão parte da futura rede de parques metropolitanos da referida área metropolitana. Os locais propostos correspondem a três polos: Ribeiras do rio Uíma, Caldas de São Jorge e Castro de Romariz. A constituição desta rede de parques metropolitanos será responsável por efeitos positivos sobre os habitats e espécies de fauna e flora, e manutenção de espaços naturais/seminaturais.

Por outro lado, tendo em consideração a execução do Modelo Estratégico de Desenvolvimento a seguir pelo município antevê-se a possibilidade de ocorrência de alguns conflitos no que à biodiversidade diz respeito. Algumas das propostas existentes no PDM, com destaque para aquelas associadas ao turismo no Douro, à aposta nas energias renováveis e à execução de novas vias rodoviárias, poderão ser responsáveis por efeitos negativos sobre a biodiversidade. Estes efeitos negativos possuem baixa significância essencialmente devido ao facto de não existir no concelho de Santa Maria da Feira nenhum local pertencente ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas e ao manifesto baixo valor de conservação da generalidade das espécies animais e vegetais existentes.

Relativamente à Água (no seguimento da estratégia seguida com o PDM de primeira geração), e no que diz respeito à política municipal de prossecução das redes de saneamento de águas residuais e redes de abastecimento de água, a revisão do PDMSMF irá privilegiar o alcance dos objetivos definidos no PEAASARII (perspetivando-se que o mesmo ocorra com a previsível aprovação do PEAASAR III). A revisão do PDM permitiu aperfeiçoar a carta de REN e de RAN existente no município bem como as áreas de risco de cheia, promovendo a proteção das águas superficiais e das respetivas áreas circundantes. O seguimento e execução do Modelo Estratégico de Desenvolvimento preconizado para o município será responsável pela génese de novas dinâmicas territoriais locais pelo que a pressão sobre as águas superficiais e subterrâneas poderá ser ligeiramente incrementadas. Por outro lado, a prossecução das redes de

abastecimento e de drenagem serão responsáveis pelo incremento da qualidade dos recursos hídricos. Além disso, o aumento de ligações à rede de drenagem de águas residuais conduz à desativação das fossas sépticas existentes, eliminando-se desse modo focos de contaminação das águas subterrâneas, que embora sejam de pequena dimensão se encontravam espalhados em grande número pelo território municipal. Por outro lado, o tratamento de águas residuais efetuado nas ETAR faz com que a descarga dos efluentes tratados não interfiram com a qualidade das águas superficiais existentes nos cursos de água.

Importa ainda destacar que com a revisão do PDMSMF se prevê a construção do PERM, estrutura que por si só será indiretamente responsável pela melhoria das águas subterrâneas identificando-se um efeito bastante positivo. A construção do PERM irá permitir a realocação de várias sucatas que operam no concelho. No seguimento da estratégia definida pela CCDD-N de combate às unidades de sucata com localização ilegal, a construção do PERM irá permitir a eliminação de vários focos de poluição de águas subterrâneas. De acordo com os estudos elaborados até à data, a exploração das referidas unidades de sucata são responsáveis pela infiltração no solo de várias substâncias consideradas como perigosas que posteriormente podem contaminar as águas subterrâneas. Pelo exposto, a construção do PERM será responsável pela melhoria da qualidade das águas subterrâneas e da qualidade ambiental.

No que se refere ao solo, os estudos de base efetuados para a revisão do PDMSMF permitiram a redefinição da carta de RAN de modo a obedecer a novos critérios técnicos e efetuar acertos à rede de RAN definida em sede do PDM de 1.ª geração. A revisão do PDMSMF permitiu assim efetivar a nova carta de RAN (e de REN) conferindo proteção acrescida aos solos mais férteis do concelho.

As novas dinâmicas territoriais resultantes da aplicação do Modelo Estratégico de Desenvolvimento do município de Santa Maria da Feira poderão acarretar pressão sobre o solo devido a um maior uso e existência de atividades na envolvente que possam conduzir à sua degradação. Não obstante este facto perspetiva-se que os efeitos negativos sobre este aspeto sejam praticamente nulos uma vez que são o regulamento e o zonamento da revisão do PDMSMF que norteiam a ocupação do solo no território do município de Santa Maria da Feira pelo que não poderão ser ocupados locais sem aptidão para o efeito, como definido em sede de PDM.

Por outro lado, a aplicação do novo PDMSMF permitirá uma consulta facilitada e à prova de erro no que à ocupação do território diz respeito, contribuindo dessa forma para que não sejam ocupados com solicitações não previstas no regulamento. Por outro lado, e tal como referido para o critério *Água*, considera-se que a construção do PERM seja também responsável pela melhoria do solo, embora apenas nos locais diretamente afetados pela localização das unidades de sucata.

No que diz respeito à atmosfera e tendo por base os estudos elaborados em sede de revisão do PDMSMF e, ainda, considerando a estratégia de desenvolvimento do município de Santa Maria da Feira não se perspetivam interações de relevo entre a revisão do PDMSMF e a qualidade da atmosfera. Ainda assim, convém referir que o Modelo Estratégico de Desenvolvimento prevê a melhoria das acessibilidades locais e regionais, nomeadamente através da construção do denominado *Eixo das Cortiças*, via rodoviária que iria permitir encurtar distâncias – consumos e emissões – essencialmente para quem se desloca na direção Este-Oeste do município. Além do referido importa ainda destacar que um dos estudos de base para a revisão do PDM incidiu sobre a mobilidade pelo que o processo de revisão efetuado teve em linha de conta as considerações avançadas pelo referido estudo de modo a tornar o transporte mais eficiente e com menos emissões de gases com efeito de estufa.

Por fim, e no que refere ao ruído, de acordo com os estudos de suporte à revisão do PDMSMF, procedeu-se à classificação do território municipal em zonas mistas e sensíveis, através da produção de mapas de ruído, de acordo com a ocupação preconizada. A existência de um zonamento acústico vincula determinados níveis de ruído para dois períodos distintos: período do entardecer e período noturno. O zonamento acústico efetuado pretende garantir a prevenção do ruído e a qualidade do ambiente sonoro de modo a proteger o bem-estar e a saúde humana.

Com o seguimento da estratégia inerente à revisão do PDMSMF perspetiva-se que o território de Santa Maria da Feira protagonize novas dinâmicas. Essas novas dinâmicas serão responsáveis pela maior afluência de pessoas a determinados locais com a consequente geração de ruído provocado pela permanência e pelas atividades conexas. A construção e exploração de novas vias rodoviárias poderá igualmente ser responsável pelo aumento dos níveis de ruído gerados. De

todo o modo, e tendo em consideração o processo de zonamento acústico efetuado, espera-se que os efeitos negativos sobre o ambiente sonoro não sejam considerados importantes.

Os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos sobre a Qualidade Ambiental (Tabela 7).

Tabela 7: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre a Qualidade Ambiental

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Efeito
Qualidade Ambiental	Água	Proteger a qualidade da água	++
	Solo	Proteger o solo enquanto recurso escasso e não renovável	+
	Biodiversidade	Proteção das espécies de fauna com interesse de conservação, proteção da estrutura da vegetação com funções ecológicas importantes e evitar a fragmentação de habitats	-
	Atmosfera	Proteger a qualidade do ar e reduzir a emissão de gases com efeito de estufa	0
	Ruído	Proteger a qualidade do ambiente acústico	0

Destacam-se os efeitos positivos sobre a água e sobre o solo essencialmente devido ao facto de no exercício de revisão se ter procedido à redefinição e acerto das áreas associadas à REN, RAN e zonas sujeitas a risco de cheias, e pela continuidade da estratégia de expansão das redes distribuição de água e de tratamento de águas residuais. Ao nível da biodiversidade identificam-se alguns efeitos negativos pouco relevantes. Não obstante a inexistência de valores de flora e fauna com interesse de conservação considera-se que os elementos da flora e da fauna poderão ser pressionados com a revisão do PDM.

4.5.- Património e Paisagem

A avaliação de efeitos sobre o património e a paisagem foi realizado tendo por base as interações expectáveis sobre o Património Histórico e Cultural e sobre a Paisagem relativamente aos objetivos gerais e estruturantes, propostas e demais documentos de apoio à revisão do PDMSMF.

Assim, no decorrer da elaboração dos trabalhos associados à revisão do PDMSMF procedeu-se à elaboração de uma Carta de Património Arqueológico com o objetivo de aprofundar o conhecimento das jazidas arqueológicas já anteriormente referenciadas e identificar as áreas com sensibilidade patrimonial, nomeadamente zonas de culto e centros históricos. Os trabalhos efetuados permitiram mapear, à luz dos conhecimentos atuais, a ocupação humana ao longo dos tempos neste território, de modo a salvaguardar quaisquer afetações de carácter negativo no património arqueológico. Os trabalhos associados à produção da Carta de Património Arqueológico constituem ainda um instrumento de trabalho de apoio à gestão do território através da cartografia de referências e de fichas de inventário.

De acordo com os elementos da revisão do PDMSMF e os trabalhos elaborados, identifica-se um efeito muito positivo sobre o aspetos associados ao património histórico e cultural. A revisão do PDMSMF permitiu aprofundar o conhecimento da situação existente e encontra-se dotado de ferramentas capazes de detetar e inviabilizar procedimentos que possam atentar à integridade do património descrito, nomeadamente por intermédio de ações de ocupação do território e urbanização. Por outro lado, não parece viável considerar que o Modelo Estratégico de Desenvolvimento do concelho de Santa Maria da Feira possa conflitar com as questões associadas ao património histórico e cultural, nomeadamente devido ao facto de depender dele e de poder vir a utilizá-lo para a promoção de atividades e fomento da atividade turística.

No que refere especificamente à paisagem, e tendo por base os elementos e estudos de suporte à revisão do PDMSMF e respetiva situação existente, perspetiva-se que a revisão do PDMSMF não venha a conflitar de modo sério sobre a paisagem. O modelo estratégico de desenvolvimento do município poderá ser responsável pela artificialização de algumas porções do território, embora estruturando-o, principalmente nos locais onde a ocupação humana é evidente. Ações concretas como por exemplo a construção e exploração do PERM – Polo de Pigeiros constituem efeitos globalmente positivos sobre os elementos da paisagem uma vez que permitirá a realocação de muitas empresas de comércio de sucata num só local. Além do referido, e tendo em consideração que a revisão do PERM foi responsável pela redefinição das áreas sujeitas a REN, RAN e DPH, agora definidas com base em critérios científicos e à luz da experiência da aplicação do 1.º PDM, identifica-se um efeito positivo sobre a paisagem e respetivos elementos.

Os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos sobre o Património e Paisagem (Tabela 8).

Tabela 8: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre o Património e a Paisagem

Fator Crítico	Critério	Objetivo	Efeito
Património e Paisagem	Património Histórico e Cultural	Valorizar e proteger o Património Arqueológico e Arquitetónico	++
	Paisagem	Proteger os elementos paisagísticos naturais	0

Há a destacar os efeitos positivos sobre o património cultural e histórico na medida em que se considera que a revisão do PDMSMF vem efetivamente contribuir para o incremento do controlo e proteção do património arqueológico e histórico. Relativamente à paisagem identificaram-se efeitos muito ténues, de natureza positiva e negativa, associados à execução do modelo estratégico de desenvolvimento do município.

4.6.- Síntese da Avaliação Ambiental de Efeitos da Revisão do PDMSMF

A Tabela 9 apresenta a síntese da avaliação ambiental de efeitos da revisão do PDMSMF, mostrando os resultados agregados.

Tabela 9: Síntese da Avaliação Ambiental da revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Fatores Críticos	Critério	Objetivo	Efeito
Desenvolvimento Social e Humano	Aspetos Demográficos	Fixar a população residente	+++
		Fixar novos habitantes	+
	Aspetos Sociais	Recuperar/projetar infraestruturas	+++
		Aumentar as qualificações médias da população	++
		Aumento de espaços verdes e de lazer	+++
		Aumentar o bem-estar	++
		Gerar emprego e oportunidades	+
Desenvolvimento Económico	Aspetos Económicos	Aumentar as atividades económicas do município	+
		Gerar emprego	+
		Aumentar o potencial turístico	+
		Criar áreas de localização empresarial	++
		Gerar oportunidades	+
Qualidade Ambiental	Água	Proteger a qualidade da água	++
	Solo	Proteger o solo enquanto recurso escasso e não renovável	+
	Biodiversidade	Proteção das espécies de fauna com interesse de conservação, proteção da	-
Coesão Territorial	Ordenamento do Território	Diminuição da dispersão dos aglomerados	+
		Coerência no uso do solo	++
		Localizar o tecido empresarial	++

5.- Orientações e Monitorização da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

A revisão do PDMSMF apresenta uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local e regional na medida em que foi desenvolvido tendo em consideração os grandes pressupostos de desenvolvimento sustentável.

Assim, tendo em consideração os critérios e objetivos definidos em cada Fator Crítico propõe-se um plano de acompanhamento, definido de modo abreviado na Tabela 10.

Tabela 10: Descrição abreviada do plano de acompanhamento da revisão do PDMSMF

FATOR CRÍTICO	CRITÉRIO	OBJETIVO	INDICADOR	UNIDADE	META
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	Aspetos Demográficos	Fixar a população residente	População residente em Santa Maria da Feira	Número	Aumentar
		Fixar novos habitantes	População residente em Santa Maria da Feira que não habitava no concelho no ano anterior	Número	Aumentar
	Aspetos Sociais	Recuperar/projetar infraestruturas	Número de novas infraestruturas e/ou recuperadas	Número	Aumentar
		Aumentar as qualificações médias da população	Nível de Escolaridade	Anos de escolaridade	Aumentar
		Aumento de espaços verdes e de lazer	Área de novos espaços verdes	m ²	Aumentar
		Gerar emprego e oportunidades	Empresas criadas	Número	Aumentar
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Aspetos Económicos	Aumentar as atividades económicas do município	Empresas criadas	Número	Aumentar
		Gerar emprego	Empresas criadas	Número	Aumentar
		Aumentar o potencial turístico	Unidades de Alojamento	Número	Aumentar
		Criar áreas de localização empresarial	Parques Industriais/Empresariais	Número	Aumentar
		Gerar oportunidades	Empresas criadas	Número	Aumentar
QUALIDADE AMBIENTAL	Água	Proteger a qualidade da água	Cobertura da rede de saneamento	%	Aumentar
	Solo	Proteger o solo enquanto recurso escasso e não renovável	Área afeta a REN/RAN/DPH e espaços florestais	m ²	Manter
	Biodiversidade	Proteção das espécies de fauna com interesse de conservação, proteção da estrutura da vegetação com funções ecológicas importantes e evitar a fragmentação de habitats	Área afeta a REN/RAN/DPH e espaços florestais	m ²	Manter
COESÃO TERRITORIAL	Ordenamento do Território	Diminuição da dispersão dos aglomerados	Pedidos de operações urbanísticas fora dos aglomerados populacionais	Número	Diminuir
		Coerência no uso do solo	Alterações ao PDM de SMF	Número	Diminuir
		Localizar o tecido empresarial	Migração de empresas já instaladas para parques industriais/empresariais existentes no Município	Número	Aumentar

6.- Conclusão

A avaliação ambiental do processo de revisão do PDMSMF teve como grandes questões o desenvolvimento social e humano, o desenvolvimento económico, a qualidade ambiental e a coesão territorial.

Nesse sentido, o exercício de planeamento subjacente à revisão do PDMSMF teve como grande preocupação o desenvolvimento sustentável do território do município. Esse desígnio, assumido desde o primeiro momento pelo executivo municipal, refletiu-se numa proposta de qualificação do solo que compatibilizasse, como não poderia deixar de ser, as expectativas sociais, económicas e ambientais.

Com a revisão do PDMSMF a população irá beneficiar de um instrumento de gestão territorial de última geração, pensado e projetado para o fomento do equilíbrio entre o uso do território e a qualidade de vida dos feirenses.